

AÇÃO RESCISÓRIA Nº 6.640 - SP (2019/0346272-0)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AUTOR : **GILVAN ROGERIO DE SOUZA**
ADVOGADOS : **SÉRGIO LUIZ URSINI - SP109336**
CLÁUDIO LUIZ URSINI (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS -
SP154908
CARLOS ALBERTO COMESANA LAGO - SP223306
JEFFERSON MAURÍCIO RIBEIRO DE PINHO - SP250820
RÉU : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de ação rescisória ajuizada por GILVAN ROGÉRIO DE SOUZA, em que objetiva a desconstituição de acórdão proferido pela 13ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal da 3ª Região – Seção Judiciária de São Paulo, relativo à correção monetária dos depósitos realizados nas contas vinculadas ao FGTS, cuja matéria se encontra pendente de apreciação pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADI 5090.

Passo a decidir.

De logo, cumpre destacar a presença de obstáculo intransponível para o processamento do presente feito.

É que, nos termos do art. 105, I, e, da CF/1988, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as ações rescisórias de seus próprios julgados.

No caso em apreço, a parte autora pretende a rescisão de julgado oriundo de Juizado Especial da 3ª Região, o que afasta a competência do Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar a presente ação rescisória. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL EM AÇÃO RESCISÓRIA. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA. ART. 105, I, e, CF. RESCISÃO DE SEUS PRÓPRIOS JULGADOS. JULGADO DE JUIZADOS ESPECIAIS. INCOMPETÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Nos termos do art. 105, I, e, da Constituição Federal, compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, as ações rescisórias de seus próprios julgados.

2. Na espécie, imperioso o reconhecimento da incompetência desta Corte Superior, na medida em que se pretende a rescisão de julgado oriundo de Turma Recursal de Juizado Especial, razão pela qual se confirma a extinção do processo, sem resolução de mérito, consoante o disposto no art. 267, IV, do CPC.

3. Agravo regimental improvido" (STJ, AgRg na AR 5.619/PI, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 15/09/2015).

No mesmo sentido: AR 5.784/PE, rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, Segunda Turma, DJe 18/04/2016; AR 5.530/RJ, rel. Min. BENEDITO

Superior Tribunal de Justiça

GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 19/08/2016.

Ante o exposto, RECONHEÇO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA desta Corte e, nos termos do art. 968, §§ 5º e 6º, do CPC/2015, determino a remessa dos autos à Turma Recursal do Juizado Especial Federal da 3ª Região, a fim de que decida a lide como entender de direito.

Intimem-se. Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator